

Planejamento Anual de Atividades 2023



ibase

INSTITUTO BRASILEIRO
DE ANÁLISES SOCIAIS
E ECONÔMICAS

Maio/2023

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

Avenida Presidente Vargas, 446/13º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: 55 21 3082-3555 E-mail: secretariageral@ibase.br

Acesse o nosso Portal em www.ibase.br

Conselho de Governança

Wânia Sant'Anna – presidenta

Rosana Heringer – vice-presidenta

Veriano Terto Júnior – 1º secretário

Nathalie Beghin – 2ª secretária

Rafael dos Santos – 3º secretário

Conselho Fiscal

Carlos Afonso

Débora Santana de Oliveira

Isabel Tostes

Athayde Motta

Diretor Executivo

Rita Brandão

Diretora Adjunta

Assessoria da Direção e PMAA (Planejamento, Monitoramento, Aprendizagem e Avaliação)

Sandra Plaisant Jouan

Secretaria Geral, Administração e Pessoas

Iris Patricia Caridade

Raimundo Dumas

Flávia dos Santos

Comunicação

Iracema Dantas

Equipes de Projetos

Robson de Aguiar

Thuani de Queiroz

Joice Lima

Rachel Silva

Tauan Satyro

Associados(as) Fundadores(as)

Carlos Afonso

Cosme Alves Ferreira Netto

Francisco Mario Figueiredo de Souza

Herbet José de Souza

Luiz Gonzaga de Sousa Lima

Marcos Penna Sattamini de Arruda

Maria Nakano

Nívea Maria Pereira Souza

Rubem César Fernandes

Associados(as) Efetivos(as)

Adhemar Mineiro

Agostinho Guerreiro

Alan Brum Pinheiro

Ana Lagôa

Benilda Brito

Cândido Grzybowski

Carlos Afonso

Claudius Ceccon

Cleonice Dias de Almeida

Débora Santana de Oliveira

Dulce Pandolfi

Enéias da Rosa

Eugênia Motta

Fátima Mello

Fransérgio Goulart de Oliveira Silva

Graciela Rodriguez

Gustavo Barreto

Henrique Silveira

Iara Amora dos Santos

Isabel Tostes

Ivo Lesbaupin

Janaína Oliveira

João Guerra de Castro Monteiro

Joba Alves

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Jorge Osvaldo Romano

Lúcia Xavier

Luciene Lacerda

Luzmere Maria Demoner

Manoel Lapa e Silva

Marcos Otávio Bezerra

Maria Betânia Ávila

Maria de Fátima Moreira de Souza

Maria Edileuza Matias Soares

Mario Chizuo Osawa

Mário Theodoro

Melisandra Trentin

Mônica Alkimim

Nádia Rebouças

Nathalie Beghin

Nelson Giordano Delgado

Paulo Lugon Arantes

Rafael dos Santos

Rafael dos Santos Silva

Rafael Soares de Oliveira

Regina Célia Domingues

Regina Novaes

Roberto Borges

Rosana Heringer

Sebastião Carlos dos Santos

Sebastião José Martins Soares

Sérgio Ferreira

Sergio Pereira Leite



Simone Santos Silva Oliveira

Sônia Carvalho

Veriano Terto Júnior

Wânia Jesus de Sant'Anna

Associados(as) Beneméritos(as)

Agop Kayayan

Alberto Ercílio Broch

André Spitz

Ari Roitman

Aristides Junqueira Alvarenga

Beatriz Bissio

Carla Rodrigues

Carlos Frederico Loureiro

Carlos Henrique Rodrigues Alves (Painel)

Carlos Plastino

Celso Japiassu

Celso Simões Bredariol

Danilo Ferreira de Souza

Dom Mauro Morelli

Eduardo Tavares Homem

Emerson Kapaz

Emir Sader

Ervin Schmidt

Francisco de Assis Pinheiro

Francisco Whitaker Ferreira

Giampiero Rasimelli

Henri Acselrad

Isabel Cristina de Moura Carvalho

Ivan Daibert

Jacira Melo

Jaime Patalano

Jane Galvão

Jane Souto de Oliveira

Joel Zito Araújo

José Márcio Camargo

José Roberto Novaes

José Sergio Leite Lopes

Jurandir Freire Costa

Leilah Landim

Lia Blower

Lúcia Ribeiro de Oliveira

Luiz Carlos Prado

Luiz Mário Behnken

Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto

Maitê Proença

Marcello Lavenére Machado

Maria Conceição D'Incao

Maria Emilia Lisboa Pacheco

Miguel Serpa Pereira

Moacir Palmeira

Muniz Sodré

Neuri Rossetto

Nivia Maria P. de Souza

Paulo Betti

Paulo Márcio de Mello

Pedro Celestino da Silva Pereira Filho

Pedro Jorge Bezerra Ferreira Lima

Pedro Luiz Dalcerro

Ricardo Rezende

Rosilene Alvim

Rousseau Leão Castello Filho

Rubem César Fernandes

Sérgio Pizzo

Sílvia Camurça

Silvio Schneider (Pr.)

Sueli Caldas



Tadao Takahashi

Tainá da Silva Gamelheiro Soares

Taís Ladeira

Tobias Tomines Faria

Vanilda Paiva

Wanda Engel

Zilda Junqueira

Sumário

1. O Ibase

1.1 Visão e motivação

1.2 Objetivos estratégicos

2. Desenho programático

2.1 Produção de conhecimento, fortalecimento e qualificação de lutas políticas

2.2 Organização territorial e fortalecimento do tecido associativo local

2.3 Diálogos estratégicos e debate público

2.4 Participação qualificada em redes, fóruns, coletivos, coalizões e articulações

3. Atividades planejadas para 2023

3.1 Projetos

3.1.1 Assessoria, formação e advocacy para a defesa da democracia e dos direitos humanos no Brasil

3.1.2 Empoderamento legal: direito ao acesso à justiça para a promoção social

3.1.3 Polarização, transição energética e mudança climática: Colômbia, Brasil e Indonésia/Indústrias extrativas e seus impactos nos territórios: produção de dados e debates estratégicos

3.1.3 Potências: programa de bolsa para a permanência universitária

3.2 Projetos Associados

3.2.1 Apoio à consolidação do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra)

3.2.2 Projeto Apoio ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

3.2.3 Direitos humanos e mineração: testemunho da insustentabilidade

3.2.4 Acordo União Europeia-América Latina: comércio e clima

4. Atividades institucionais estratégicas

4.1 Direito à Cidade

4.2 Fundo de Favelas

4.3 Redes, fóruns, coletivos, coalizões e articulações

4.4 Juventudes

4.5 Direitos Digitais

5. Atividades institucionais estruturantes

5.1 Diretoria

5.2 Secretaria Geral, Administração e Pessoas

5.3 Comunicação

6. Quadro de riscos para 2023

7. Fontes de financiamento

1. O Ibase

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é uma organização sem fins lucrativos fundada, em 1981, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em conjunto com Marcos Arruda e Carlos Afonso, parceiros de exílio, com os objetivos de fortalecer a sociedade civil e lutar pela consolidação da democracia no Brasil.

O campo prioritário de atuação do Ibase é a sociedade civil. Sua ação de incidência político-cultural visa ao fortalecimento dos sujeitos coletivos democráticos, suas redes e seus fóruns por meio da produção de argumentos qualificadores da luta política e do assessoramento na efetivação, na defesa e na ampliação de direitos e de espaços democráticos de participação cidadã. A manutenção da autonomia institucional é condição indispensável para que o Ibase permaneça sendo um ator civil voltado para o interesse público.

Diante do contexto e dos desafios imediatos e de longo prazo, o Ibase atualiza suas opções estratégicas como organização de cidadania ativa, antirracista, que defende a integralidade dos direitos humanos. Trata-se de um engajamento pela ampliação da democracia como estratégia e método de ação que articula as lutas cidadãs pela superação de todas as formas de desigualdades.

1.2 Visão e motivação

- Guiar-se por princípios e valores éticos da democracia, do antirracismo e contra todas as formas de discriminação e opressão.
- Engajar-se pela igualdade, pela ampliação de direitos e pela emancipação social de todas e de todos.
- Promover a justiça socioambiental, o cuidado com os bens comuns e a sustentabilidade da vida e do planeta.

1.2 Objetivos estratégicos

- Apoiar a cidadania ativa em suas ações de incidência político-cultural, com vistas ao fortalecimento do tecido associativo, da diversidade de sujeitos coletivos, consolidando ações antirracistas e pela igualdade de gênero, a luta LGBTQIA+, os movimentos de favelas e periferias e a participação cidadã.
- Afirmar a cultura da democracia e dos direitos de cidadania entendidos como os direitos humanos em sua integralidade e indivisibilidade, por meio da superação das desigualdades.
- Fortalecer o debate público em defesa dos direitos humanos e da democracia com o apoio às ações da diversidade dos sujeitos coletivos.

2. Desenho programático

Para o Ibase, a luta pela democracia envolve resistência e proposição. Uma ação efetiva para a defesa da democracia e a ampliação dos direitos de cidadania implica estarmos conectados aos movimentos, às organizações e aos conflitos nos locais de vida e trabalho onde o Ibase faz a opção estratégica de desenvolver seus projetos e de fortalecer a cidadania ativa por meio da produção qualificada e participativa de dados, indicadores e pesquisas. Implica também realizar ações de comunicação estratégicas que possam incidir e influenciar o debate público.

O Ibase sempre fez parcerias com um amplo leque de organizações da sociedade civil. Desde organizações de base em pequenas cidades a grandes redes e movimentos nacionais e internacionais. Os diálogos variam de grupos de moradores de favelas, comunidades e assentamentos rurais, coletivos de juventudes, organizações feministas, organizações de mulheres, de mulheres negras e do movimento negro até movimentos internacionais de direitos humanos, de cidadania planetária, além de participar organicamente em comitês, redes e articulações diversas também em diferentes escalas.

Para uma organização de cidadania ativa que luta pela mais substantiva democracia na construção não somente de outro país, mas de novos paradigmas civilizatórios, estas são escolhas estratégicas de engajamento institucional que se organizam a partir de quatro eixos componentes: 1) produção de conhecimento para o fortalecimento e a qualificação de lutas políticas; 2) organização territorial e fortalecimento do tecido associativo local; 3) produção de diálogos estratégicos e debates públicos; 4) participação qualificada em redes, fóruns, coletivos, coalisões e articulações. Nossas ações estratégicas estão referenciadas nesses quatro eixos componentes. Cada um ou combinações entre eles constituem a referência necessária em qualquer projeto ou ação desenvolvida.

2.1 Produção de conhecimento, fortalecimento e qualificação de lutas políticas

Produção de conhecimento e realização de estudos e pesquisas, incluindo o uso de metodologias criadas pelo próprio Ibase (Indicadores de Cidadania – Incid etc.), a partir dos territórios e em diálogo com a cidadania ativa local. Visa à produção de pesquisas e estudos da instituição acerca das temáticas da democracia, dos direitos humanos, das desigualdades em cidades e territórios, tornando-se fonte de informação, de formação e qualificação para a ação política nos territórios em que o Ibase atua, para as organizações da sociedade civil (OSCs), universidades, governos e outros. Visa também a aliar a ação nos territórios no âmbito local com as diferentes iniciativas conduzidas pelo Ibase e os movimentos que a instituição dialoga em diferentes escalas.

2.2 Organização territorial e fortalecimento do tecido associativo local

Reforça a estratégia de presença do Ibase nos territórios com o fortalecimento do tecido associativo local e o estímulo aos processos de articulação e organização comunitária, incluindo o uso de metodologias próprias criadas pelo Ibase (Desenvolvimento Local etc.), visando à constituição e ao fortalecimento de fóruns, redes e coletivos e estimulando processos que promovam a luta política e a participação social em diferentes âmbitos.

2.3 Diálogos estratégicos e debate público

Trata da contribuição institucional ao debate no espaço público por meio da disputa de estratégias e ideias em mensagens e ações de comunicação e incidência, com a promoção de conhecimentos e argumentos produzidos pelo Ibase, pelos territórios, por organizações da sociedade civil e por redes e fóruns, utilizando diferentes ferramentas – análise de conjuntura, debates públicos, redes sociais, notas, artigos, cartas, campanhas, entre outras, favorecendo a incidência pública.

Historicamente, a comunicação tem sido um campo de atuação estratégico e um instrumento de mobilização poderoso para o Ibase, conferindo à instituição um grande poder de convocação (na sociedade civil) e de influência (na agenda pública). Para o Ibase, é fundamental que a promoção de debates estratégicos e a inserção no debate público reflitam ações institucionais ou feitas em parceria com outras organizações do campo democrático.

2.4 Participação qualificada em redes, fóruns, coletivos, coalizões e articulações

Visa à participação do Ibase no campo das organizações de cidadania ativa e de movimentos da sociedade civil e suas articulações políticas, por meio da contribuição qualificada organizada em torno de agendas estratégicas ou prioritárias para o Ibase nos âmbitos nacional e internacional.

3. Atividades planejadas para 2023

3.1 Projetos

3.1.1 Assessoria, formação e advocacy para a defesa da democracia e dos direitos humanos no Brasil

Objetivo geral

Promover o fortalecimento e o engajamento da cidadania ativa para a implementação de ações diretas de incidência que garantam direitos de cidadania e participação cidadã na luta pela construção de uma democracia inclusiva e uma sociedade mais justa e igualitária.

Objetivos específicos

- Promoção de ações nos territórios com o objetivo de fortalecer os direitos de cidadania por meio de ações políticas coletivas de organizações de cidadania ativa.
- Organizações da sociedade civil em favelas e periferias fortalecidas para reivindicar seus direitos com o apoio de recursos do Fundo Ibase.
- Atuação do Observatório da Cidadania na produção de dados e debates estratégicos que se consolidam como ferramentas e métodos para a ampliação dos direitos e a defesa da democracia.

Eixo 1: Observatório da Cidadania

Ações previstas:

- Sistematização e análise dos dados da Pesquisa de Percepção Novos Olhares Sobre Transformações Urbanas Nas Favelas que visa avaliar os projetos de urbanização de favelas Favela Bairro e Morar Carioca, sob o ponto de vista de seus moradores/as.
- Devolução da pesquisa Novos Olhares e diálogos estratégicos com os representantes das 9 favelas pesquisadas para qualificação dos dados produzidos.
- Divulgação dos dados da pesquisa Novos Olhares.
- Diálogo estratégico sobre a pesquisa Novos Olhares com representantes dos movimentos de favelas e do direito à cidade para a construção de estratégias de advocacy junto aos formuladores de políticas públicas para a cidade do Rio de Janeiro na formulação e execução de novas edições de programas de urbanização de favelas.
- Montagem de um Sistema de Indicadores de Cidadania com no mínimo vinte (20) indicadores das quatro dimensões de cidadania em um território.
- Análise dos dados oficiais periodicamente publicados pelo sistema público de dados do Brasil (IBGE, Datasus, ISP etc.).

- Análise dos das políticas públicas garantidoras de direitos implementadas pelos governos nas três instâncias (federal, estadual e municipal), dos canais de participação da sociedade civil e dos canais de possibilidades de acesso à justiça.
- Realização de uma pesquisa com entrevistas de fluxo, com uma amostra da população local calculada estatisticamente, com validade científica, sobre a percepção da violação de seus direitos.
- Estudo de como se organiza e age a cidadania ativa local a partir dos registros de das organizações de cidadania ativa no Banco de Dados de Espaços e Ações Cidadãs (BDEAC) do Ibase.
- Lançamento de um (01) caderno ou e-books, com infográficos, como resultado de pesquisa realizada pelo Observatório.

Eixo 2: Grupo de Reflexão Estratégica (GRE)

Ações previstas:

- Publicação de texto para debates sobre Novos Paradigmas e grupos de base no estado da Bahia
- Reuniões do Grupo de Referência Ibase/Abong virtual ou presencial para definir estratégias, planejamento e preparação de encontros ampliados
- Convidar novas organizações para integrar a plataforma.
- Realizar de um encontro ampliado (virtual ou presencial) em parceria com a Abong
- Animação da plataforma *online* de debates.

Eixo 3: Estratégia Digital

Ações previstas:

- Atualização, gerenciamento e monitoramento das redes sociais (Facebook, Instagram, Linked In e Twitter) e do *site* do Ibase (inclusão das publicações em PDF que ainda não estão na biblioteca e divulgação desse acervo em postagens periódicas).
- Coordenação da assessoria de estratégias digitais fornecida por uma empresa especializada.
- Monitoramento e avaliação dos anúncios veiculados através do benefício Google Ads (GAds).
- Envio de *newsletter* mensal.
- Acompanhamento das necessidades das estratégias de comunicação dos projetos em curso.
- Campanha de captação de recursos do Ibase

- Campanha de comunicação para o lançamento do Fundo Ibase
- Fortalecimento da presença digital dos projetos do Ibase (garantir que todos os projetos tenham alguma presença digital ao longo de 2023)

3.1.2 Empoderamento legal: direito ao acesso à justiça para a promoção social

Objetivo geral

Impulsionar a participação cidadã, a incidência política e o empoderamento legal de militantes, ativistas e movimentos de territórios, favelas e periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Objetivos específicos

- Envolver representantes da sociedade civil dos territórios selecionados em um amplo processo de pesquisa-ação, produção de dados e indicadores sobre suas condições de vida e sobre a efetivação ou as violações de seus direitos humanos (entendidos como direitos de cidadania).
- Realizar, com base nos dados levantados e nos indicadores produzidos, um processo educativo/formativo de apropriação e consciência dos direitos/violações vividos, do direito à participação cidadã e do empoderamento legal que impulse e amplie o ativismo cidadão e a busca pela efetivação de direitos.
- Construir capacidades que qualifiquem e organizem a participação cidadã com o entendimento e a apropriação das ferramentas e dos mecanismos jurídicos impulsionadores do acesso à justiça e da defesa de direitos individuais e coletivos.
- Aproximar grandes OSCs de direitos humanos, redes de promoção e proteção dos direitos humanos brasileiras e internacionais e setores do judiciário brasileiro dos territórios pesquisados para a realização de trabalho em parceria para apoio e defesa de defensores e defensoras de direitos humanos, encaminhamento e promoção do acesso à justiça.

Público: Complexo do Borel, município do Rio de Janeiro, bairro de Jardim Gramacho, município de Duque de Caxias, e Complexo de favelas do Alemão, município do Rio de Janeiro.

Ações previstas:**Eixo 1: Pesquisa acerca da efetividade dos direitos humanos**

- Campanha de auto cadastramento no BDEAC;
- Construção de Indicadores da dimensão da cidadania ativa a partir dos dados advindos do BDEAC;
- Finalização da construção do Sistema de Indicadores aplicado aos dois territórios.

Eixo 2: Diálogos participativos: efetividade e violações de direitos humanos, construção de capacidades e de estratégias de ação

- Finalização das rodas de diálogo;
- Realização de dois (2) encontros ampliados por território para a discussão e apropriação da pesquisa;
- Participação em reuniões, encontros e eventos, externos ao território, identificados como estratégicos para o fortalecimento das ações de cada comunidade e para a divulgação dos dados das pesquisas;
- Realização de um (1) encontro em cada território com representantes da sociedade civil e militantes para identificação de quais novos indicadores poderão ser transformados em material de denúncia,
- Construção de agenda de incidência contendo estratégias de divulgação, de ação cívica e de advocacy e de acesso à justiça;
- Monitoramento e fortalecimento, pelas equipes do projeto, das ações cívicas, de advocacy e de acesso à justiça planejadas nas agendas de incidência de cada território.

Eixo 3: Construção de capacidades: direitos humanos, participação cidadã e acesso à justiça

- Avaliação das demandas concretas e específicas de cada território identificadas a partir da pesquisa, dos processos formativos e no diálogo sistemático com o território;
- Avaliação das ações de litigância e de reivindicação de soluções às violações de direitos, individuais e coletivas já implementadas pelos territórios;
- Novo encontro de formação nos territórios sobre o empoderamento legal focado nos procedimentos necessários e os canais de acesso para as violações já identificadas e construção de estratégias intervenção jurídica de cada território, complementar à agenda de incidência já organizada;
- Identificação de demais demandas trazidas pelos grupos sociais locais e organização de formações complementares (Empoderamento legal: conhecimento das leis, normas,

instâncias nacionais de governo e do judiciário, mecanismos internacionais de litigância e denuncia, além procedimentos necessários e os canais de acesso para as diferentes ações que visam o acesso à justiça).

Eixo 4: Diálogos estratégicos, ampliação e fortalecimento das capacidades técnicas e políticas das ações do projeto

- Contato e reuniões com parlamentares que possuem pautas relativas aos direitos humanos;
- Continuidade e ampliação de contatos com setores do judiciário, como defensoria pública, ministério público, defensorias, promotorias e comissões de direitos humanos e demais órgãos;
- Continuidade dos contatos com redes e OSCs nacionais e internacionais de atuação em defesa de direitos humanos e em defesa de defensores e defensoras de direitos humanos;
- Participação em reuniões, encontros e eventos, externos ao território, identificados como estratégicos para o fortalecimento das ações de cada comunidade e para a divulgação dos dados das pesquisas.

3.1.3 Polarização, Transição Energética e Mudança Climática: Colômbia, Brasil e Indonésia/Indústrias Extrativas e seus Impactos nos Territórios: Produção de Dados e Debates Estratégicos

Objetivo geral:

Liderar o diálogo entre projetos de donatários da Fundação Ford por meio de um enquadramento no qual seus objetivos, metodologias, atividades e descobertas possam ser cruzados em relação a pelo menos três questões: polarização, transição energética (e suas conexões com a mudança climática) e narrativas de mídia social/debates. Produção de dados sobre os impactos das indústrias extrativas nos territórios e suas populações e participação em redes e fóruns nacionais e internacionais que debatem os impactos destas indústrias no Brasil, na América Latina e no mundo.

Objetivos específicos:

- Estimular o diálogo sobre temas de polarização política e transição energética e sistematizar as principais descobertas e questões.
- Apoiar a Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale (AIAAV).
- Apoiar o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração
- Atuar como Secretaria da Rede Latino-Americana sobre as Indústrias Extrativas (RLIE).
- Participar do Conselho Administrativo da coalizão global *Publish What You Pay* (PWYP) e de debates e ações de incidência nessa e nas demais redes e fóruns dos quais o Ibase é membro sobre o tema das indústrias extrativas.

Público: donatários da Fundação Ford e outras Instituições interessadas na questão da polarização e transição energética, grupos locais dos territórios impactados, membros das várias redes e fóruns dos quais o Ibase participa, movimentos regionais e nacionais, organizações de cidadania ativa.

Ações previstas:

- Oficinas e workshops (online e presencial) com os parceiros do projeto Polarização, Transição Energética e Mudança Climática: Colômbia, Brasil e Indonésia.
- Produção de publicação sobre o tema da Polarização, Transição Energética e Mudança Climática: Colômbia, Brasil e Indonésia.
- Encontro presencial da RLIE com intercâmbio, debates e trocas de saberes entre as organizações-membros.
- Pesquisa de percepção em parceria com a AIAAV em áreas impactadas por projetos

minerários da empresa Vale S.A

- Reuniões do Conselho Administrativo do PWYP.

3.1.4 Potências – Programa de Bolsas para a Permanência Universitária

Objetivo geral:

Operacionalizar a criação, implementação e monitoramento do Programa de bolsa-auxílio-financeiro para a permanência de estudantes cotistas PPIs (pretos, pardos e indígenas) em instituições de ensino superior (IES) e assessoria às IES participantes do projeto para a efetiva implementação do programa.

Objetivos específicos:

- Contribuir para a superação das desigualdades e desvantagens enfrentadas por estudantes cotistas PPI (pretos, pardos e indígenas);
- Assessorar as IES no monitoramento e acompanhamento dos/as estudantes cotistas através a) do formulário com indicadores de monitoramento e resultados para aferir o resultado do programa, b) de reuniões virtuais mensais para o acompanhamento da gestão das IES e c) de encontros semestrais de avaliação e ajustes do processo a fim de garantir suporte aos alunos;
- Sistematizar dos dados quantitativos advindos dos formulários elaborados pelo Ibase e aplicados pelas IES com a análise das medições semestrais dos indicadores e dados quantitativos produzidos;
- Produzir, anualmente, pesquisa qualitativa através da metodologia de diálogos com os/as alunos/as, tudo com o fim de fomentar o debate sobre racismo estrutural e promoção de justiça social.

Público: Alunos/as autodeclarados/as pretos/as, pardos/as ou indígenas, ingressantes pelo sistema de cotas, que estejam cursando sua primeira graduação (independentemente de sua idade), considerando, ainda, a renda mensal familiar (em salários-mínimos) do/a universitário/a de três Universidades Públicas Federais a serem escolhidas pelo Itaú.

Ações planejadas:

- Criar Grupo de Trabalho (GT) formado por Ibase, Itaú e FIEC (Fundação Itaú para Educação e Cultura) com encontros semanais do GT;

- Visitar as Instituições de Ensino Superior (IES) que farão parte do Programa Potências;
- Mediar a formalização do convênio entre FIEC (Fundação Itaú para Educação e Cultura) e as IES (Instituições de Ensinos Superior) para o repasse do montante referente à bolsa permanência;
- Definir indicadores de monitoramento e avaliação (M&A) para a construção da referida ferramenta, produzir o guia de implementação dessa ferramenta com a realização de Workshop;
- Realizar, de forma sistematizada, a análise semestral dos dados da pesquisa qualitativa e quantitativa
- Divulgar semestralmente os resultados da pesquisa de indicadores de monitoramento e avaliação (M&A) e divulgação anual da pesquisa qualitativa com os alunos, mediante autorização do Itaú e Fiec;
- Elaborar relatório anual para os indicadores qualitativos

3.2 Projetos Associados

3.2.1 Apoio à consolidação do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra)

Objetivo geral

Apoiar a constituição de uma plataforma aberta, gratuita e amigável que traga dados estatísticos oficiais sobre desigualdades raciais para uso de todos os públicos – desde estudantes do ensino médio, universitários(as), movimentos sociais, jornalistas, pesquisadores(as), gestores(as) públicos e população em geral – permitindo o acesso a dados tabulados, processados e visualizados, disponibilizando um sistema de cruzamento de variáveis com cor/raça e gênero conforme o interesse do usuário. Espera-se com isso dar visibilidade às evidências produzidas por dados estatísticos oficiais e qualificar o debate sobre as desigualdades raciais existentes no país.

Objetivos específicos

- Realizar análises de consistência estatística a fim de determinar coeficientes de variação (incerteza estatística) para cruzamentos de dados de cor/raça com outras características contidas em diversas estatísticas oficiais, incluindo, na medida do possível, análises de série histórica.
- Automatizar, através de programação computacional, os procedimentos de análise para disponibilizar, em plataforma aberta, a possibilidade de cruzamento de dados das respectivas fontes.
- Estruturação da plataforma propriamente dita (construção do software para a disponibilização dos dados), realização de sua gestão e suporte aos usuários.
- Fortalecimento institucional do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra).

Público: movimentos sociais, lideranças de OSCs e de movimentos sociais, notadamente mulheres, jovens, populações negras e populações tradicionais.

Ações previstas

As próximas etapas envolverão a análise de outras bases de dados e a construção da plataforma aberta propriamente dita. Foram planejadas, para o ano de 2023, cinco atividades principais:

- Análise de bancos de dados e de registros administrativos com dados sobre renda, domicílios, trabalho, educação, saúde, violência e encarceramento, que contemplem informações sobre cor/raça e sexo para sua incorporação à Plataforma Aberta.

- Visualização de dados, produção e disponibilização de tabelas mais relevantes sobre a questão racial, obtidas a partir da análise das variáveis e dos cruzamentos de estatísticas oficiais.
- Gestão da produção da plataforma, dos bancos de dados e sua disponibilização e suporte aos usuários.
- Elaboração de plano de comunicação e divulgação da plataforma com parceiros, usuários e sociedade em geral.
- Atualização do Planejamento estratégico do Cedra.

3.2.2 Apoio ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

Objetivo geral

Ampliar o debate público e garantir que a sociedade civil, bem como a opinião pública, sejam informadas e mobilizadas sobre os impactos da mineração com vistas a reduzir suas consequências negativas sociais, trabalhistas, ambientais e econômicas.

Objetivos específicos

- Avaliar a situação econômica internacional do setor da mineração.
- Influenciar significativamente a conjuntura nacional brasileira.

Público: comunidades, movimentos de base, indígenas, pesquisadores(as), ONGs e pastorais sociais.

Ações previstas:

- Realização da IX Plenária do Comitê
- Realização de Reunião com a Secretaria expandida (organizações e movimentos sociais) para ampliação do debate da política mineral
- Articular os projetos em que atua para possam dialogar com as estratégias e ações do Comitê.
- Realização de oficinas e seminários

3.2.3 Direitos humanos e mineração: testemunho da insustentabilidade

Objetivo geral

Apoiar a segurança jurídica, o nível de organização e a articulação política das comunidades atingidas pela mineração e promover a solidariedade da sociedade em relação às suas condições de vida e de resistência.

Objetivos específicos

- Fortalecer e ampliar articulação e intercâmbio, no enfrentamento aos impactos da mineração e o fortalecimento dos diferentes focos de resistência nos países, agregando a experiência acumulada de outros povos contra outras empresas do setor extrativista;
- Incidir estrategicamente em espaços relevantes na visibilização e denúncia das constantes violações de direitos humanos praticadas pela empresa Vale S.A. no Brasil e no mundo;
- Denunciar as narrativas hegemônicas estabelecidas pela Vale, ampliando o alcance por meio de uma rede de comunicação com relatos sobre os impactos da mineração e logística sobre a vida de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, camponesas, populações urbanas empobrecidas e trabalhadores. Além disso, fortalecer as contra-narrativas dos povos e comunidades e sua luta para manter seus espaços ancestrais, seus modos de vida e seus territórios livres da mineração.

Público: comunidades e territórios atingidos pela Vale, trabalhadores atingidos pela Vale, movimentos de base, indígenas, quilombolas, camponesas, populações urbanas empobrecidas, pesquisadores(as), ONGs e pastorais sociais.

Ações previstas:

- Pesquisa de percepção em parceria com a AIAAV em áreas impactadas por projetos minerários da empresa Vale S.A
- Seminário projeto Serpentina
- Formação de formadoras voltada às mulheres lideranças nos territórios
- Pesquisa comparativa sobre publicidade da Vale sobre mulheres e a realidade objetiva nos territórios
- Lançamento das novas redes Sociais dos Avs
- Seminário estadual para debater a Cfem
- Encontro regional dos atingidos e atingidas pela mineração
- 8º encontro de pesquisadores da mineração
- Publicação de cartilha sobre formação de jovens lideranças e professores sobre os impactos socioambientais da mineração e a organização popular

4. Atividades institucionais estratégicas

3.3 *Direito à Cidade*

Objetivo geral

As cidades são espaços onde se travam disputas entre o desenvolvimento urbano pautado pelo capital (excludente da população pertencente às classes populares, seus locais de moradia e desenvolvimento da vida) e os projetos de cidades pautados pela garantia do direito à cidade para todos e todas. Como atividade estratégica para o Ibase, seu objetivo é buscar produção de argumentos qualificadores da luta cidadã que incorporem e deem visibilidade aos pontos de vistas das populações moradoras de favelas e periferias urbanas, além de atuar como base de articulação e fortalecimento de atores locais a fim de influenciar espaços qualificados de debate e tomada de decisão compartilhada, bem como contribuir para a formação política de atores sociais de movimentos populares engajados na luta pelo direito à cidade.

Objetivos específicos

- Qualificar a luta por políticas públicas de desenvolvimento urbano democráticas e participativas visando a construção de cidades mais justas, igualitárias e plurais e para todas as pessoas.
- Fortalecer os diversos movimentos sociais engajados pelo direito à cidade, sobretudo aqueles ligados às favelas e periferias urbanas, em suas diferentes lutas contra a desigualdade social, ambiental, habitacional, de segurança, de transporte, de trabalho, de educação, de saúde, de lazer, enfim, em todas as violações de direitos negadoras de cidadania para estes espaços da cidade.

Público:

Cidadania ativa em favelas e periferias urbanas incluindo associação de moradores, OSCs engajadas na luta pelo direito à cidade, pesquisadores e pesquisadoras acadêmicos e operadores e operadoras de políticas públicas nos níveis local, estadual e federal.

Ações Previstas

- Pautar o tema do direito à cidade para áreas de favelas e periferias urbanas durante as ações de divulgação da pesquisa “Novos Olhares”.
- Pautar o tema do direito à cidade para áreas de favelas e periferias urbanas durante as ações de lançamento do Fundo Ibase para Favelas e Periferias Urbanas (nome provisório),
- Pautar o tema do direito à cidade para áreas de favelas e periferias urbanas durante as ações de incidência junto à nova Secretaria Nacional de Políticas para Territórios Periféricos (Ministério das Cidades), à nova Secretaria de Acesso à Justiça (Ministério da Justiça e da Segurança Pública)

e ao Ministério da Igualdade Racial.

- Prospectar fundos para lançar editais específicos sobre o tema Direito à Cidade no Fundo Ibase para Favelas e Periferias (nome provisório).

3.4 Fundo Ibase para Favelas e Periferias Urbanas (nome provisório)

Objetivo geral

Apoiar pequenos projetos formulados e implementados por OSCs e grupos de base localizados em favelas e periferias no Brasil que fortaleçam a cidadania ativa nesses territórios.

Objetivos específicos

- Fortalecer a cidadania ativa dos territórios de favelas e periferias.
- Promover e expandir a defesa de direitos dos moradores e moradoras desses territórios.
- Promover o apoio e fortalecimento de organizações que atuam pelo direito à cidade nesses territórios.
- Promover o apoio e fortalecimento de organizações que atuem pela igualdade de gênero e combatam a violência contra as mulheres que vivem nesses territórios.
- Promover o apoio e fortalecimento de organizações que atuem na promoção da igualdade racial nesses territórios.
- Promover o apoio e fortalecimento de organizações que atuem pela defesa de direitos e combatam a violência contra as juventudes, especialmente as juventudes negras, e contra as populações LGBTQIA+ que vivem nesses territórios.

Público: Cidadania Ativa local que atue pela ampliação da democracia e efetividade dos direitos humanos em territórios de favelas e periferias.

Ações previstas:

- Visitas à Fundos de pequenos projetos (Fundo Elas, SAAP, Fundo Brasil de Direitos Humanos) para conhecimento do funcionamento e estruturação dos Fundos, gestão e prestação de contas;
- Estruturação e Planejamento do Fundo Ibase;
- Organização do 1º Edital público para seleção de pequenos projetos;
- Montagem do Comitê de Avaliação de propostas enviadas por meio de editais;

- Lançamento do Edital;
- Seleção de pequenos projetos para apoio e divulgação do resultado.
- Repasse para os projetos selecionados e início do monitoramento.

4.3 Redes, fóruns, coletivos, coalizões e articulações

A atuação em redes e a participação qualificada em diversos movimentos da sociedade civil brasileira é um eixo importante que faz parte das ações políticas do Ibase na busca pela ampliação da democracia e pela garantia dos direitos humanos, contra as desigualdades e a exclusão social diante dos desafios imediatos e de longo prazo.

No Brasil, o Ibase participa das seguintes iniciativas:

[Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais \(Abong\)](#)

Ibase é membro da Diretoria Executiva

Tem como objetivo fortalecer as OSCs brasileiras que trabalham na defesa e na promoção dos direitos e bens comuns. Trabalha em parceria com movimentos sociais e dialoga com governos por um mundo ambientalmente justo, com igualdade de direitos e livre de todas as formas de discriminação.

[Rede Brasileira pela Integração dos Povos \(Rebrip\)](#)

Ibase é membro da coordenação

Acompanha e incide sobre a política externa brasileira desde 2001. Um coletivo integrado por entidades sindicais e associações profissionais, movimentos sociais, camponeses, de mulheres, ambientalistas e ONGs autônomas e pluralistas, que busca influenciar as negociações de comércio internacional e os processos de integração regional. Atua em articulação com redes latino-americanas e globais.

[Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração](#)

Ibase é membro da coordenação

O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração é uma articulação de organizações, pesquisadores e movimentos sociais que tem no centro da sua agenda o tema da mineração: sua expansão e ameaça aos direitos sociais e territoriais; os impactos socioambientais em áreas já atingidas por projetos de mineração; e a reformulação do seu marco regulatório.

[Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social \(FMCSJ\)](#)

Uma articulação de entidades, pastorais e movimentos sociais que atua em rede para gerar

consciência crítica e enfrentamento em relação a tudo que causa o aquecimento da Terra e vai tornando mais perigosas as mudanças climáticas, de modo especial, para povos, comunidades e pessoas que as sociedades capitalistas jogam na marginalização e na miséria. Atua em âmbito nacional e se faz presente nos biomas e territórios por meio das entidades-membro e de outras entidades parceiras, promovendo a convivência com cada bioma e ecossistema com base em práticas que anunciam e constroem sociedades de bem viver.

[Movimento Nacional de Direitos Humanos RJ \(MNDH-RJ\)](#)

Ibase é membro da coordenação estadual

O MNDH é um movimento organizado, na sociedade civil que luta pelos direitos humanos no Brasil diante do cenário de violações sistematizadas de direitos básicos para a realização da dignidade humana, tanto de iniciativa pública como privada, sustentadas na impunidade.

[Plataforma Dhesca Brasil](#)

Ibase é membro da Secretaria Executiva

É uma rede formada por mais de 44 organizações e articulações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção e defesa dos direitos humanos, incidindo em prol da reparação de violações. A Dhesca Brasil atua nacional e internacionalmente para que o Estado brasileiro cumpra as normativas nacionais e internacionais de direitos humanos, fortalecendo instâncias e processos democráticos que contribuam para o acesso ao poder com equidade socioeconômica, de raça/etnia, de gênero, de idade, de origem territorial, de identidade de gênero, de orientação sexual, para pessoas com deficiências, entre outros marcadores de desigualdades.

[Processo de Articulação e Diálogo \(PAD\)](#)

É uma rede formada por agências ecumênicas europeias e entidades parceiras no Brasil (movimentos sociais, entidades ecumênicas e organizações não governamentais) que tem como objetivo central promover reflexões e ações experimentais relacionadas aos temas das relações de cooperação, do desenvolvimento, dos bens comuns, da desigualdade e dos direitos humanos. A rede tem se firmado como espaço de troca, formação e produção de conhecimento entre as organizações no Brasil e as agências de cooperação ecumênicas.

[Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil](#)

A Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil (AMDH) tem como objetivo denunciar violações de direitos Humanos e monitorar a situação dos Direitos Humanos no Brasil. Trabalha com documentação de casos de violações (construção de relatórios e informes), denúncia e visibilidade das situações de violações (comunicação e posicionamentos públicos), mobilização e articulação de parceiros locais e nacionais, formação em direitos humanos, interlocução e incidência política em nível nacional e internacional.

[Coletivo RPU Brasil](#)

É um coletivo de organizações da sociedade civil que monitora a situação do Estado brasileiro na Revisão Periódica Universal, mecanismo internacional que cruza recomendações sobre o tema entre as nações. A cada quatro anos e meio, o Brasil deve prestar contas sobre a situação dos direitos humanos ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, por meio da Revisão Periódica Universal (RPU)

[Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro](#)

É um fórum de discussões, denúncias, mobilizações e articulação política. Tem como objetivo o fortalecimento e o empoderamento político de mulheres negras na luta contra todas as formas de desigualdade e opressão. Dentre as principais atividades estão a atuação no Fórum Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro da ALERJ, o canal Pauta Preta que discute diversos temas ligados às lutas das mulheres Negras, a organização da Marcha de Mulheres Negras no RJ e atividades de formação política.

[Coalizão Negra Por Direitos](#)

Esta Coalizão se reúne para fazer incidência política em nosso próprio nome, a partir dos valores da colaboração, ancestralidade, circularidade, partilha do axé (força de vida herdada e transmitida), oralidade, transparência, autocuidado, solidariedade, coletivismo, memória, reconhecimento e respeito às diferenças, horizontalidade e amor. Em defesa da vida, do bem-viver e de direitos arduamente conquistados, irrenunciáveis e inegociáveis, seguiremos honrando nossas e nossos ancestrais, unificando em luta toda a população afro-diaspórica, por um futuro livre de racismo e de todas as opressões.

[Rede de Mulheres Negras do Rio de Janeiro \(RMNRJ\)](#)

É uma articulação plural, autônoma e independente, resultado do processo ativista de diversos níveis de atuação em perspectivas local e global. A missão inicial foi democratizar o processo de organização do “Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos”. Seu objetivo é o fortalecimento e o empoderamento material e político de mulheres negras na luta contra todas as formas de desigualdade e opressão. Ao longo dos últimos meses, vem desenvolvendo ações coletivas e individuais de solidariedade com mulheres negras atingidas em diversos aspectos pela pandemia.

[Rede Brasileira de Justiça Ambiental \(RBJA\)](#)

É uma articulação de grupos e pessoas atuantes contra o racismo e as injustiças ambientais. É um fórum de discussões, denúncias, mobilizações e articulação política. Os objetivos são a denúncia de racismo e de injustiça ambiental, bem como a proposição de políticas de promoção de justiça ambiental focadas em proteger grupos vulnerabilizados pela distribuição desigual de impactos

ambientais.

[Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político](#)

É uma articulação de movimentos, entidades, fóruns e redes que, desde 2004, atua para mudar a forma como o sistema político brasileiro está organizado institucionalmente.

[Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 \(GT Agenda 2030\)](#)

Atua na difusão, na promoção e no monitoramento da Agenda 2030 e busca divulgar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mobilizar a sociedade civil e incidir politicamente no governo brasileiro e no sistema das Nações Unidas para sua implementação. O GT Agenda 2030 tem cerca de 50 membros de diferentes setores que, juntos, cobrem todas as áreas dos 17 ODS da Agenda 2030. O grupo incide sobre o Estado brasileiro e as organizações multilaterais, principalmente, a Organização das Nações Unidas (ONU).

[Universidade da Cidadania – UC Resiste!](#)

Tem como objetivo promover o diálogo, o intercâmbio e a troca entre o mundo universitário e os movimentos sociais. É um dos propósitos dessa iniciativa criar pontes de diálogo com conhecimentos não acadêmicos e aproximá-los da universidade e, no caminho de mão dupla, aproximar a universidade dos movimentos sociais. A UC Resiste! promove atividades formativas, de pesquisa e extensão, integrando os saberes acadêmicos e populares.

[Fórum Popular do Plano Diretor do Rio de Janeiro](#)

Reúne cerca de 40 entidades da sociedade civil organizada e conselhos profissionais para questionar o processo de revisão do Plano Diretor proposto pela Prefeitura da cidade. O processo de revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro deve ser uma oportunidade para que a sociedade civil reorienta políticas públicas, como ordenamento do uso do solo, habitação, saneamento, mobilidade, cultura, dentre outras. O Plano Diretor precisa ser elaborado por meio de uma efetiva participação social, com representação de movimentos populares, associações de moradores, entidades profissionais, instituições de pesquisa, ONGs e demais atores sociais dos mais variados territórios cariocas.

Em âmbito internacional, o Ibase faz parte de:

[Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale](#)

Ibase é membro do Comitê Operativo

Rede autônoma e plural que busca possibilidade de avançar na luta por direitos em todos os países com atuação da empresa Vale S.A. Formado por organizações, movimentos sociais e sindicais do Brasil, Argentina, Chile, Peru, Canadá, Moçambique.

[Rede Latino-Americana sobre Indústrias Extrativas \(RLIE\)](#)

Ibase é a Secretaria Executiva

Articula um conjunto de organizações da sociedade civil que trabalha para o desenvolvimento sustentável do nosso continente. A partir desse interesse comum, busca garantir o funcionamento de um espaço sistemático de encontro e trabalho compartilhado para a realização de ações que permitam influenciar as políticas públicas relacionadas às indústrias extrativas com base na transparência, na conservação dos recursos e do meio ambiente e no respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos da região.

[Publish What You Pay \(PWYP\)](#)

Ibase faz parte da Conselho Administrativo

É o único movimento global que trabalha para garantir que as receitas de petróleo, gás e mineração ajudem a melhorar a vida das pessoas. Com mais de mil organizações-membro e 51 coalizões nacionais, são feitas campanhas por um setor extrativo aberto e responsável, compartilhadas mundialmente para que todos(as) se beneficiem dos recursos naturais globais disponíveis – tanto no momento presente como no futuro.

[Gen Wayna](#)

É uma coorte de projetos e ações financiadas pelo [International Development Research Centre \(IDRC\)](#) que atua com jovens que vivem em contexto de violência. Visa a desenvolver o aprendizado sobre a participação política e estratégias de superação das violências vividas por jovens da América Latina

4.4 Juventudes

Objetivo geral

Estimular o contínuo debate sobre as juventudes brasileiras como sujeitos de direito diversos e com problemáticas e necessidades específicas fundamentais para sua inserção plena na sociedade brasileira

Objetivos específicos

- Apoiar ações de inclusão e empoderamento das juventudes vivendo em áreas periféricas, notadamente jovens mulheres e homens negros, LGBTs e transgênero.
- Incluir ações voltadas para o fortalecimento da cidadania ativa das juventudes brasileiras em todos os projetos e atividades do Ibase.

Público:

Coletivos de juventudes de áreas periféricas; jovens pesquisadores acadêmicos, notadamente negras, negros, LGBTQs e transgênero; estudiosos do tema das juventudes.

Ações previstas

- Envolver coletivos de juventudes durante as ações de divulgação das pesquisas relacionadas ao projeto “Cidadania Ativa e Acesso à Justiça” (CAAJ).
- Envolver coletivos de juventudes durante as ações de divulgação da pesquisa “Novos Olhares”.
- Prospectar fundos para lançar editais específicos para coletivos de juventude no Fundo Ibase para Favelas e Periferias (nome provisório).

4.5 Direitos Digitais

Objetivo geral

Iniciativa de PPM com seus parceiros no Brasil com o objetivo de debater as potencialidades e limites do uso das tecnologias de comunicação e informação (TICs) pelas OSCs de defesa de direitos no Brasil

Objetivos específicos

- Ações em rede de incidência em políticas públicas de comunicação e tecnologias, recuperando e atualizando a luta pela democratização para o contexto digital.
- Adotar sistemas de proteção para OSCs que trabalham em territórios marcados pela vulnerabilidade, incluindo a defesa de defensores de direitos e assegurando a comunicação segura (de dados e corpos).
- Melhorar as condições tecnológicas internas das OSCs de defesa de direitos para, na sequência, agir em rede e transformar a realidade.
- Promover processos de inclusão (acesso) e formativos internos de forma a aproximar a tecnologia da agenda da gestão democrática.

Público: OSCs parceiras de PPM no Brasil, redes da sociedade civil engajadas na questão dos direitos digitais

Ações previstas: Encontros online de debates e reflexão, produção de textos para a reflexão.

5. Atividades institucionais estruturantes

O desenvolvimento institucional é realizado pela Direção do Ibase e conta com o apoio da Secretaria Geral, Administração e Pessoas, da Comunicação Institucional. Visa a garantir as condições institucionais para a realização da missão do Ibase e de seu fortalecimento como organização de cidadania ativa, respeitando os princípios éticos e democráticos da transparência, da participação, das relações institucionais e da política organizacional e financeira.

5.1 Direção

Atividades permanentes

- Planejamento programático e estratégico.
- Gestão institucional de fluxos e processos.
- Captação de recursos.
- Coordenação geral e coordenação das equipes de Pesquisa e Projetos, da Comunicação, Secretaria Geral e da Administração e Finanças.
- Coordenação programática, monitoramento, avaliação (PMA).
- Produção, supervisão e aprovação de relatórios técnicos narrativos e financeiros.
- Relacionamento com Conselho Curador, Conselho Fiscal e com associados(as) do Ibase.
- Relações institucionais.
- Relações externas, representação e articulação institucional.
- Direcionamento Político Institucional

5.2 Secretaria Geral, Administração e Pessoas

Atividades permanentes

- Suporte no gerenciamento de informações, interligando o trabalho entre as equipes (Direção, Comunicação e Pesquisa).
- Facilitação na organização das atividades dos projetos no conjunto da instituição, assim como na organização e divulgação interna da agenda institucional a partir das informações enviadas pelas equipes.
- Facilitação na comunicação entre Direção e conselhos Curador e Fiscal nas agendas de

- reuniões de conselhos e assembleias de associadas(os), respeitando a orientação estatutária.
- Assessoramento à Direção em viagens, agendas e articulações institucionais.
- Facilitação e organização do Plano Anual e do Relatório de Atividades, elaborados de acordo com os parâmetros e os prazos estipulados pelos financiadores/patrocinadores.
- Suporte à estrutura organizativa nos aspectos legais e fiscais.
- Suporte aos programas e projetos institucionais e à gestão de pessoas.
- Gestão financeira e contábil, condições de infraestrutura e logística.
- Acompanhamento de auditorias externas.
- Manutenção cotidiana de certificações, certidões e tributos.

5.3 Comunicação Institucional

A área de comunicação trabalha acompanhando a conjuntura e os fatos de maior repercussão no cotidiano, especialmente, aqueles que têm relação com as atividades e os projetos desenvolvidos pelo Ibase. Para tal, monitora órgãos da grande imprensa, da imprensa alternativa e a comunicação das OSCs e dos movimentos sociais que atuam na defesa de direitos. Tais iniciativas são sugeridas pela área de Comunicação à Direção e podem envolver atividades e projetos desenvolvidos pelo Ibase.

Atividades permanentes

Rotina

- Elaboração de planos de comunicação para projetos.
- Atualização de áreas fixas do *site* do Ibase, tornando o portal compatível com a realidade da instituição e com maior dinamicidade de informações.
- Elaboração de notas e reportagens sobre temas e atividades relacionados ao Ibase, disponibilizadas no *site* da instituição.
- Diagramação de *cards* e convites eletrônicos para a divulgação de eventos da instituição.
- Envio de material de divulgação de eventos através de *mailing*.

- Atualização e monitoramento diário das redes sociais da instituição (Twitter, Instagram, Linked In e Facebook).
- Redação, edição e revisão de artigos e relatórios.
- Assessoria de imprensa.
- Produção de publicações e materiais de comunicação de projetos. A área de comunicação é responsável pela produção de publicações, produtos digitais e audiovisuais a partir dos conteúdos produzidos pelas equipes técnicas. Isso inclui concepção editorial, definição de materiais e mídias a serem utilizadas para divulgação e a contratação de prestadores de serviços (revisores/as, *designers*, fotógrafos/as etc.).

6. Quadro de riscos para 2023

Riscos principais	Medidas preventivas
<p>1. A violência na sociedade brasileira aumenta por conta da polarização e amplia os efeitos da “violência política”, afetando diretamente a atuação de OSCs e movimentos sociais</p> <p>Média probabilidade – Grande impacto</p>	<p>Desde a posse de Lula, houve um aumento significativo de ações violentas que têm origem na polarização entre forças políticas conservadoras e progressistas, mas que ultrapassam os espaços da disputa política mais restrita. Além da tentativa de golpe de Estado em Brasília no dia 8 de janeiro passado, houve aumento nas taxas de violência contra mulheres e atentados violentos contra escolas de ensino fundamental. Em pelo menos um caso, quatro crianças foram assassinadas por um homem que participaria de grupos radicais de extrema-direita na Internet. Por conta desse caso, foram identificadas centenas de mensagens ameaçadoras direcionadas não apenas a escolas do ensino fundamental e médio, mas também a universidades públicas e privadas. As ações do governo federal após os eventos de 8 de janeiro e os assassinatos das quatro crianças têm sido rápidas e enérgicas, mas é fundamental que haja ações preventivas que desestimulem tais atos motivados por causas políticas que são frequentes, por exemplo, no Congresso Nacional, quase sempre protagonizados por deputados bolsonaristas. Em abril de 2023, a sociedade civil foi surpreendida com mais uma tentativa de criminalização das OSCs e movimentos sociais por meio do pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional sem fato motivador reconhecido. OSCs e movimentos sociais já se articulam para esvaziar esse pedido. O Ibase deverá atuar junto a parceiros e por meio de sua participação na direção executiva da Abong para mobilizar amplos setores contra qualquer manifestação de perseguição que gere atos violentos contra a sociedade civil.</p>
<p>2. A participação social no governo Lula 3 é inefetiva por conta da falta de planejamento, diálogo e reflexão compartilhada entre OSCs e movimentos sociais, de um lado, e o governo federal, por outro.</p> <p>Média probabilidade – Médio impacto</p>	<p>Desde a posse, tem havido grande mobilização do governo federal no sentido de restaurar os espaços cívicos fechados pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Vários conselhos e fundos têm sido rearticulados em nível nacional com convites para que OSCs e movimentos sociais participem de cerimônias e debates. No entanto, ainda não há uma visão clara sobre como essa participação se dará e que ferramentas a sociedade civil poderá acessar de forma a garantir uma participação efetiva e de impacto na implantação e revisão de políticas públicas. Há pelo menos uma nova área de incidência proposta pelo governo e que não foi discutida pela sociedade civil: a participação na elaboração dos planos plurianuais (PPAs) que antecedem a preparação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no nível federal. O Ibase deverá conduzir ações de incidência no nível federal para debater com autoridades públicas a questão da participação em algumas áreas relevantes para o trabalho da instituição (notadamente, o Ministério da Igualdade Racial (MIR); o Ministério das Mulheres, a Secretaria Nacional para Territórios Periféricos, no Ministério das Cidades; e a Secretaria de Acesso à Justiça, no Ministério da Justiça e Segurança Pública). O Ibase também atuará por meio de sua participação na direção executiva da Abong e da Coordenação Executiva da Plataforma DHESCA no debate sobre qual modelo de participação social a sociedade civil brasileira precisa.</p>

<p>3. A adoção de políticas neoliberais pelo governo Lula 3 adquire predominância por conta das alianças políticas que o sustentam, conduzindo as OSCs e os movimentos sociais a uma posição crítica mais severa.</p> <p>Alta probabilidade – Grande impacto</p>	<p>Se, por um lado, já há medidas importantes sendo tomadas pelo governo Lula 3 em várias áreas de políticas sociais, também há indicativos de que, nos núcleos mais duros de áreas como a economia, poderá haver uma forte influência de políticas neoliberais que nunca foram completamente estranhas ao PT e que, atualmente, podem ser relevantes para o equilíbrio das forças políticas que compõem a aliança que ajudou a eleger Lula. A proposta de arcabouço fiscal, por exemplo, tem recebido críticas de vários setores da sociedade civil. Também já há questões preocupantes em relação às áreas de energia e mineração (que, no passado, foram importantes fontes de arrecadação para administrações petistas). Mais recentemente, o presidente Lula, em visita à Portugal, declarou estar trabalhando para efetiva a assinatura do Acordo Mercosul-União Europeia, que muitas OSCs consideram altamente prejudicial para a economia e a democracia. O Ibase deverá atuar no sentido de apoiar que OSCs e movimentos sociais preservem sua autonomia, manifestem sua posição crítica de maneira propositiva, clara e irrefutável e que sejam criadas condições ideais para o diálogo e a construção de alternativas políticas e econômicas que garantam direitos, promovam inclusão e preservem recursos naturais.</p>
<p>4. Questões regulatórias e de financiamento das OSCs constroem seu desenvolvimento organizacional e sobrecarregam instituições consolidadas como o Ibase.</p> <p>Média probabilidade – Médio impacto</p>	<p>Há um grande interesse do governo Lula 3 em criar um ambiente propício para a existência e funcionamento de OSCs e movimentos sociais. No entanto, sem as devidas medidas legais e administrativas de caráter mais permanente, a sociedade civil continuará em uma condição de fragilidade perante órgãos reguladores, o que pode levar a mais ataques liderados por forças conservadoras no Congresso Nacional e na sociedade. Ao manter suas práticas históricas de apoiar OSCs e movimentos que precisam de bases estáveis para se consolidar e desempenhar suas tarefas, o Ibase sobrecarrega sua estrutura por conta de novos arranjos institucionais. Atualmente, o Ibase é agente fiscal de três redes de nível nacional e internacional e incuba uma nova organização destinada a produzir dados inovadores sobre a questão racial no Brasil. Embora sejam ações fundamentais condizentes com sua missão, os novos arranjos efetuados apresentam um desequilíbrio em termos de custo-benefício e podem trazer algum risco para o Ibase, especialmente quando a atuação como agente fiscal obriga a ser corresponsável por políticas de integridade e de proteção de dados desses parceiros. O Ibase deverá conduzir reuniões com todos esses parceiros para discutir esses arranjos e encontrar soluções que diminuam os riscos institucionais a que a instituição está exposta. No âmbito mais geral, o Ibase deverá atuar por meio de sua participação na direção executiva da Abong no debate e formulação de propostas para criar condições regulatórias e de financiamento mais favoráveis para as OSCs brasileiras.</p>
<p>5. Articulações internacionais do governo Lula 3 demandam que OSCs e movimentos sociais invistam recursos em capacitação e participação em fóruns multilaterais e eventos internacionais de forma a garantir que suas vozes e propostas sejam disseminadas.</p> <p>Alta probabilidade – Grande impacto</p>	<p>Nos governos Lula 1 e 2, houve uma grande presença do Brasil no cenário internacional. Essa característica deverá não apenas permanecer, mas se ampliar no governo Lula 3, que já prevê a realização de eventos internacionais de peso no Brasil, como a COP30 e uma reunião do G20. Após quatro anos de governo Bolsonaro e dos efeitos da pandemia, as OSCs e movimentos sociais brasileiros precisarão de algum tempo para se preparar de forma adequada para voltar a ocupar espaços de participação no cenário internacional. O Ibase deverá aproveitar sua presença em redes internacionais para participar de tais atividades e facilitar a participação de OSCs e movimentos sociais cuja presença nesses fóruns é mais limitada por conta da exclusão que sofrem.</p>

7. Fontes de financiamento

Parceiro/ Financiador	Projeto	Período de duração		Parcerias	Observações
		início	término		
International Development Research Centre (IDRC)	Empoderamento legal: direito ao acesso à justiça para a promoção social	Dez./2019	Dez./2023	Fórum Comunitário de Jardim Gramacho e Coletivo Brota na Laje	Aditivo de contrato
Fundação Ford	Polarização e Transição Energética e Mudança Climática: Colômbia, Brasil e Indonésia/Indústrias Extrativas e seus Impactos nos territórios: Produção de dados e debates estratégicos	Abr./2023	Mar./2025		
Fundação Itaú para Educação e Cultura e Itaú Unibanco	Potências - Programa de Bolsa para a Permanência Universitária do Itaú-Unibanco	Jan./2023	Jan./2029	Universidades Públicas	
Pão para o Mundo	Assessoria, formação e <i>advocacy</i> para a defesa da democracia e dos direitos humanos no Brasil - 3ª fase	Jan./2023	Dez./2025	Abong, Iser Assessoria	Assessoria, formação e <i>advocacy</i> para a defesa da democracia e dos direitos humanos no Brasil - 3ª fase
Catholic Agency for Overseas Development (Cafod)	Apoio ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração	Abr./2021	Abr./2023	Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração	
Misereor	Direitos humanos e mineração: testemunho da insustentabilidade	Set./2022	Ago./2026	Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV)	
Çare	Apoio à consolidação do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra)	Dez./2021	Fev./2024		Aditivo de contrato

